

# Planejamento Urbano – Tendências, ensino e questionamentos

Pasqualino Romano Magnavita<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Toda disciplina acadêmica de qualquer natureza é afetada por três variáveis: saber, poder e processos de subjetivação. Neste texto, tratarei do Planejamento Urbano entendido como um conjunto bastante heterogêneo de disciplinas, no sentido de uma Totalidade Segmentária<sup>2</sup>, expressando relações de saberes, poderes e níveis de subjetivação individual e/ou coletiva. Adotarei as noções de saber, poder e subjetivação derivados das concepções foucaultianas, entretanto, as formulações que seguem, em nível conceitual, se ancoram na Lógica da Multiplicidade de matriz deleuziana, uma das vertentes do pensamento pós-estruturalista.

Trata-se portanto de uma abordagem teórica em que se questiona o Planejamento Urbano em sua versão herdada do pensamento moderno, e isso, em decorrência do surgimento na contemporaneidade de novas formas de pensar que utilizam diferentes noções e conceitos, procurando subverter entendimentos e pressupostos consolidados e relacionados com o tema escolhido para este texto: ensino do planejamento urbano.

Os saberes entendidos como estratificação histórica, acumulações, sedimentações, coagulações e dobramentos (inflexões) de conhecimentos, caracterizam-se pela exterioridade que exibem e possuem dupla articulação: uma Forma de Expressão e uma Forma de Conteúdo, ou seja, o que se diz e o que se vê, “as palavras e as coisas”. O que se diz, o dizível sobre um determinado objeto ou campo de estudo, pressupõe um conjunto de enunciados e de proposições que à ele se referem, constituindo uma “Formação discursiva” no sentido dado a essa noção por Foucault. No caso em questão, os enunciados que constituem os discursos na área disciplinar do Planejamento Urbano.

No ensino acadêmico, as disciplinas que contribuem para o Planejamento Urbano, formam um conjunto bastante heterogêneo de níveis de saberes e práticas, uma multiplicidade de conhecimentos. Nas últimas décadas ele tem sido objeto de diferentes discursos, entretanto, dois deles têm caracterizado as formas de expressão e de conteúdo, isto é, o que se tem dito sobre planejar no campo do urbano e o que se tem feito. Duas palavras-chave sintetizam essas formações discursivas: Planejamento Integrado, concepção esta vinculada ao pensamento moderno, expressão das sociedades industriais, e Planejamento Estratégico, mais recente e relacionado com a realidade bem mais complexa e dinâmica das sociedades pós-industriais, isto é, do mundo globalizado sob a égide de tecnologias da informação e comunicação, expressão do “capitalismo flexível”, o qual, vem estimulando, nos “espaços de fluxos”, uma

exponencial forma de consumismo irrefreável e ilimitado, tanto de bens materiais quanto imateriais e/ou simbólicos.

Na trilha do pensamento moderno e das utopias que o mesmo alimentava, o Planejamento Integral Urbano expressava do ponto de vista ontológico a presença de um Ser, no sentido de uma Unidade territorial, um Todo, um Organismo a ser criado e resultante da convergência de diferentes disciplinas e de decisões que deveriam expressar, no sentido global, unitário, uma desejável adequação a mais próxima possível do acerto, da Verdade científica, uma utópica visão e crença no crescente progresso. E isso, com o objetivo da resolução de problemas em sua Totalidade, pressupondo controlar a expansão urbana e assegurar seu equilíbrio e evolução, através de padrões voltados para uma melhor qualidade de vida. Entretanto, a partir da década 50, a crença generalizada nos planos integrados permitiu que se desenvolvesse uma crítica bastante contundente aos seus enunciados e proposições, e isso, em decorrência da falência de seus pressupostos ideológicos e experiências concretas. Principalmente pela vulnerabilidade dos conceitos e objetivos encontrados nos discursos formulados, e isso, em decorrência da crença no poder da Razão científica e das tecnologias então disponíveis.

Portanto, as críticas relacionadas com o Planejamento Integrado, principalmente na década de 70 se caracterizavam tanto pelo teor sociológico e psicológico dos argumentos formulados - face aos resultados obtidos pelos pressupostos modernos - quanto pela natureza ideológica dos princípios adotados por não conseguirem estabelecer a nova e prometida ordem social. E mais, pelo fato de favorecer a especulação e prestigiar as grandes empresas e as cidades se tornarem cada vez mais desiguais e tediosas em seus subúrbios no limiar da miséria e seus centros congestionados e/ou no nível do abandono. E isso, à revelia da arrogância profissional dos planejadores que acreditavam propor soluções corretas à situações tão complexas, questões tão bem colocadas e caracterizadas por Jane Jacob em seu paradigmático livro.

Em decorrência de experiências mais recentes sob a égide do novo estágio assumido pelo capitalismo num mundo globalizado e altamente competitivo, a forma de planejar cidades, particularmente as do primeiro mundo, tem demonstrado adotar novos pressupostos. Tal forma, agora totalmente despojada de utopias sociais, vem assumindo, definitivamente, a conotação mercadológica de uma produção de bens de consumo, tanto materiais quanto simbólicos, e cuja tônica é de competir e aferir lucros dos investimentos alocados. Para tanto, tais ações pressupõem a criação de imagens urbanas pontuais, sedutoras, singulares à guisa de simulacros, devendo as mesmas promover diferentes níveis de fruição, e para tanto, conta com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação e da indústria turísticas, as quais vêm contribuindo para potencializar os processo de subjetivação individual e coletiva visando e estimulando o consumo de cidades.

Basicamente, o caráter dominante do Planejamento Estratégico, assim denominada a nova vertente do planejamento urbano, passa a significar, em primeiro lugar, competir num mundo globalizado. Para tanto, deve criar imagens sedutoras, “marketing” no sentido de tornar as cidades atraentes, e isso, através de competentes manipulações dos espaços urbanos, tanto com a criação de edificações de porte, quanto com a valorização do acervo patrimonial histórico quando este existir, contando com o auxílio da inalienável publicidade que a *mass-midia* proporciona. O marketing tornou-se hoje o mais eficiente instrumento de controle social e do planejamento de cidades que aspiram competir em nível regional, nacional e internacional

Tal estratégia pressupõe altos investimentos e enfatiza espaços e equipamentos de interesses privados ou quando muito, em parceria com recursos do Estado em espaços públicos, estes posteriormente terceirizados. Todavia, a gestão e controle efetivo desses investimentos, de

regra, permanecem em mãos da iniciativa privada. Nesse contexto, as propostas devem ser altamente criativas, singulares, com a participação de nomes pertencentes ao “Star System” de arquitetos e urbanistas e dos quais se exigem propostas criativas, singulares no sentido de promover cenários de espetacular conotação e ao mesmo tempo, atender à novas funções cujo objetivo consiste em incrementar o consumo de bens materiais e imateriais. Funções essas associadas às novas formas, motivando, assim, a fruição e consumo desses bens não apenas pelos que habitam a cidade, mas procurando gerar um fluxo nômade e contínuo de turistas que ajudam o processo de acumulação de capital nessas cidades, as quais conseguem emergir e afirmar-se através de estratégias planejadas, cujos exemplos paradigmáticos são Baltimore, Barcelona, Bilbao, Berlim, Xangai, entre outras tantas cidades. Vale lembrar que hoje a indústria turística ocupa o segundo lugar no ranking mundial depois da indústria bélica a qual retém o recorde absoluto de investimentos industriais.

Entretanto, considerando a realidade de nosso país em decorrência da atual exigência de Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes, assistimos que a noção de Planejamento Integrado continua coexistindo, e isso, pela limitação de bens naturais, culturais e de recursos econômicos da grande maioria das cidades dos municípios brasileiros que se encontram à margem dessa competição mercadológica de cidades. Em alguns casos, essa forma de planejar cidades acaba coexistindo com a aplicação de algumas das premissas do Planejamento Estratégico, preparando-as para a fruição e consumo no universo mercadológico competitivo. A Cidade de Curitiba, exemplifica, sob alguns aspectos, o uso do Planejamento Estratégico em decorrência do marketing assegurado pela singularidade de algumas iniciativas (edificações, transporte, parques, e principalmente, em função dessas realizações e da propaganda veiculada pela mídia em nível nacional e internacional). Não por acaso, o ex-prefeito da cidade ocupou a presidência da União Internacional de Arquitetos-UIA em decorrência da planejada veiculação de imagens da referida cidade em eventos internacionais de arquitetos e urbanistas. Entretanto, se comparamos a performance moderna dessa cidade entre os anos 60 e 80, nos moldes do Planejamento Integrado, hoje, apesar da campanha publicitária e da aplicação de indicadores do planejamento estratégico, a cidade cresceu na pobreza e se encontra envolvida por um cinturão de despossuídos apesar de “charme estratégico”.

Direta ou indiretamente, a partir dos anos 50, o pensamento “Estruturalista” fomentou idéias e teorias sobre as cidades, relevando a questão de suas funções (Cidade funcionais de inspiração lecorbuseana dos anos 20), considerando-as impróprias e falsas quando relacionada com a complexidade de valores culturais que eram então esquecidos no planejamento e desenvolvimento das cidades. Com sua lógica, embora ainda binária, o Estruturalismo, atacou os axiomas do Planejamento Integrado, tanto em seu determinismo funcional quanto histórico, e isso, em decorrência desse planejamento admitir um progresso predestinado como missão e a pressuposição de uma nova ordem social, de uma evolução social linear. Vinculado à noção de Estrutura, esse pensamento, reconheceu as limitações impostas pelas diferentes correntes do pensamento moderno, principalmente as idéias funcionalistas, entretanto, apesar das críticas que formulou, reconhecendo a complexidade existente e as dificuldades implicadas em resolver os problemas emergentes, permaneceu refém, não apenas da lógica binária e de seu repertório conceitual, mas também, da dinâmica e das articulações e conexões de seus elementos compositivos estruturais, os quais ficaram enclausurados à guisa de um Sistema fechado, como um Todo, um Ser, nos moldes do pensamento ontológico clássico. O pensamento estruturalista pode ser entendido como o fim e início de um momento de ruptura e ao mesmo tempo, a vertente mais elaborada do pensamento moderno.

## 2. Ensino do Planejamento Urbano

De regra, a forma de pensar dominante na grande maioria das instituições de ensino que ministram disciplinas relacionadas com o Planejamento Urbano, encontra-se vinculada ao instrumental conceitual da lógica binária e ao modelo de pensar arborescente (árvore/estrutura) relacionado com o “mundo da representação”. Lugar este regido pelos seguintes princípios: Identidade do conceito; Analogia do juízo; Oposição dos predicados; Semelhança do percebido, e, isso, numa percepção macro da realidade dita concreta, objetiva.

Diferente é o pensamento que adota a Lógica da Multiplicidade uma das vertentes do Pós-estruturalismo, utilizando um outro instrumento conceptual que privilegia conceitos tais como: Multiplicidade, Diferença, Repetição, Totalidade segmentária, Heterogeneidade, Descontinuidade (ruptura a-significante), Evolução a-paralela (não linear), Corpo sem órgãos, Rizoma, Caos, Acontecimento (relação Virtual/Atual), entre outros, conceitos esses que vêm procurando retirar a hegemonia de alguns conceitos que o pensamento moderno ainda exerce nos discursos que se formulam, a exemplo de: Unidade, Identidade, Totalidade, Homogeneidade, Continuidade, Organismo, Evolução, Ordem, Acontecimento (relação Real/Possível) entre outros conceitos ainda freqüentes nos discursos que proliferam sobre a questão urbana do planejamento.

Considerando que uma disciplina qualquer que se considera poder ser entendida como um conjunto de enunciados, prescrições, normas e proposições, ela por sua vez, utilizando um conceito da Lógica da Multiplicidade, pode ser considerada uma “Máquina abstrata”. Entretanto, se ela adotar como forma de pensar o modelo arborescente agenciado pela Lógica binária, trata-se, então, de uma “Máquina abstrata binária”. Vale salientar que o conceito de máquina aqui empregado é bem diferente daquele de “Máquina de Habitar” (Le Corbusier) proposto por uma das vertentes do Movimento Moderno de Arquitetura, no sentido mecanicista, ou então, de “Megamáquinas” (Munford em seus estudos sobre as cidades). Hoje, tornou-se necessário ampliar o conceito de máquina para além de seus aspectos materiais e técnicos, procurando levar em conta suas outras dimensões (econômica, social, ecológica, histórica, abstrata, etc), inclusive as “Máquinas desejanças” que povoam nossas pulsões inconscientes, incorporais e que conferem aos espaços construídos uma autoconsciência subjetiva, resultando de processos de subjetivação.

Podem parecer paradoxal falar de subjetividade para um conjunto tão material como são as cidades, os lugares construídos no sentido de focos de subjetividade<sup>3</sup>. Noção essa que supera a relação binária sujeito/objeto da fenomenologia reducionista clássica/moderna/estruturalista e vem assumindo o sentido de produção, processo construtivo de diferentes conotações: “Subjetividade parcial, pré-pessoal, polifônica, coletiva e maquinica. Ela se torna correlativa não somente à emergência de uma lógica de intensidades não discursiva, mas igualmente a uma incorporação prática, desses vetores de subjetividade parcial” (Guattari: 1993, p.34). Nessas últimas décadas presenciamos uma proliferação extraordinária de componentes subjetivos, principalmente a subjetividade maquinica engendrada pela *mass mídia*. Os dispositivos de produção de subjetividade podem existir em escala de megalópoles como coletividade assim como em escala dos jogos de linguagem de apenas um indivíduo.

Essas noções se rebatem nas práticas de ensino, pois cada disciplina ministrada pressupondo ementa, conteúdo programático, metodologia, cronograma e bibliografia, constitui uma máquina abstrata e, dependendo da formação subjetiva do docente que a ministra, passa a ser uma máquina abstrata binária, ou até mesmo, uma máquina abstrata múltipla, no sentido da adoção da lógica da multiplicidade na forma de pensar e propor a

disciplina. Neste último caso, a depender do contexto em que ela se insere, pode a mesma assumir mais uma outra conotação: “Máquina de guerra”. Esta não tem a guerra como objetivo, trata-se de um processo de desterritorialização conceitual, adotando estratégias de sobrevivência cultural que evitem sucumbir frente aos “Aparelhos de captura” que se encontram disseminados por toda parte no campo dos saberes constituídos e dominantes.

Anteriormente me referi aos saberes como estratificação histórica, Estratos. Um estrato apresenta códigos (formas) e meios variados (substâncias), ele tem grande mobilidade sendo sempre capaz de servir de substrato a outro, ou de percutir um outro, independente de seqüência evolutiva. Distintos, porém relacionados com os estratos (saberes) são os Agenciamentos, os quais se fazem nos estratos, mas operam em zonas de descodificação dos meios, extraem dos meios um Território, pois todo agenciamento é territorial, mas ele não se reduz aos estratos, e isso, porque nele a forma de expressão (o que se diz) torna-se um sistema semiótico, um regime de signos, e a forma de conteúdo (que se vê, se faz) um sistema pragmático, ações e paixões. Por essa razão, todo agenciamento assume dupla conotação: Agenciamento de enunciação, por um lado e, pelo outro, Agenciamento maquinico, ou seja, o que se diz e o que se faz. Ambos exprimem transformações incorporais.

O agenciamento pressupõe, também outro eixo. Sua territorialidade no sentido das formas de expressão e formas de conteúdo, é apenas o primeiro aspecto: o outro diz respeito as “linhas de desterritorialização”, também denominadas “linhas de fuga” que o atravessam e o arrastam, efetuando, propriamente, as máquinas abstratas. Entretanto, esses agenciamentos expressam também relações de poderes, pois não existem saberes dissociados dos poderes difusos (micropoderes) e institucionais que os sobrecodificam e o Aparelho de Estado que os efetua, transformando-os em máquinas enunciativas, máquinas abstratas binárias. Foi descobrindo a segmentaridade e a heterogeneidade dos poderes modernos das sociedades industriais que Foucault rompeu com as abstrações vazias do Estado e da Lei e renovou, assim, todos os dados da análise política, da micro-política.

Voltando às disciplinas de Planejamento Urbano, isto é, aos saberes específicos relacionados com o campo do urbano, eles constituem um território específico onde ocorrem agenciamentos de enunciação e maquinicos, atravessados pelas relações de poderes, composição de forças, fluxos, intensidades, relações essas caracterizadas pela invisibilidade que possuem. Saberes esses formatados por sobrecodificações sucessivas. Vale lembrar que essas sobrecodificações são realizadas, na prática, por docentes de notório saber, profissionais especialistas da área, agentes ministeriais e empresariais entre outras participações; sobrecodificações essas efetuadas pelo Aparelho de Estado e, isso através de medidas relacionadas com a promulgação de leis, diretrizes, dispositivos, atribuições profissionais, etc.). Sob a égide de “Diretrizes e Bases da Educação” se estabelecem categorias de ensino, currículos, disciplinas-tronco, normas, dispositivos, exigências etc. Com base nelas, as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, elaboram regimentos, redes curriculares, planos de cursos, etc, ou seja, máquinas abstratas, porém, de regra, máquinas abstratas binárias.

Vale observar que quando acima se falou de máquinas abstratas binárias, o Aparelho de Estado é o agenciamento concreto que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade:

“(…) Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua conversibilidade, sua traduzibilidade, ele regula as passagens de uns nos outros e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua num campo social) (...) Pode-se até mesmo conceber ‘saberes’ que

fazem ofertas de serviço ao Estado, propondo-se a sua efetuação, pretendendo fornecer melhores máquinas em função das tarefas ou dos objetivos do Estado: hoje a Informática? Mas também as ciências do homem? Não há ciência de Estado, mas máquinas abstratas que têm relações de interdependência com o Estado.” (DELEUZE/PARNET, 1998, p.150-151).

Ainda, convém salientar que a referência às linhas de desterritorialização, no sentido de linhas de fuga de uma territorialidade consolidada, leva a afirmar, segundo Deleuze que, tanto os indivíduos quanto os grupos ou coletividades, são constituídos de linhas (fluxos) de natureza bem diversa. Para ele: “(...) A primeira espécie de linha que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura (ou antes, já há muitas linhas dessa espécie); a família-profissão; o trabalho-férias; a família e depois a escola, e depois o exército, e depois a fábrica, e depois a aposentadoria. E cada vez de um segmento a outro (...) ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam também as sociedades, os grupos quanto os indivíduos. Elas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos (...) Muitas coisas se passam sobre essa segunda espécie de linhas, devires, micro devires (...) Uma profissão é um segmento duro, mas o que se passa lá embaixo, que conexões, que atrações e repulsões que não coincidem com os segmentos, que loucuras secretas e, no entanto, em relação com as potências públicas: por exemplo, ser professor, ou então juiz, advogado, contador, faxineira? (DELEUZE/PARNET, 1998, p.145-146).

Vale observar que na educação as linhas de segmentaridade dura envolvem um certo plano, “plano de organização” sob a exigência da harmonização das formas de expressão e conteúdo, relacionado com os indivíduos e sua formação profissional. Questões essas que não param de obcecar nossa cultura, de inspirar nela segmentações e planificações, máquinas binárias que a cortam e máquinas abstratas que a recortam. A educação, hoje, diferente daquela engendrada nas sociedades industriais, ditas disciplinares, tornou-se permanente e extremamente competitiva frente a um maior potencial de controle das sociedades pós-industriais. Diferente controle este daquele exercido pelas sociedades disciplinares de longa duração, caracterizando-se por ser de curto prazo e de rotação rápida, todavia, contínuo e ilimitado. Condição essa que se rebate nas práticas de ensino onde se exerce a avaliação contínua de uma formação permanente e a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade, fato esse comprovado pela proliferação acelerada da privatização da educação em sua equivalência mercadológica.

Comentado a terceira linha Deleuze diz: “(...) essa linha é simples, abstrata, e, entretanto, é a mais complicada de todas, a mais tortuosa (...) Essa linha parece surgir depois, se destacar das outras, se conseguir destacar. Pois, talvez haja pessoas que não têm essa linha, que têm apenas as duas outras e que têm apenas uma, que vivem apenas sobre uma (...) O que chamamos por nomes diversos - esquizoanálise, micro-política, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia - não tem outro objeto do que o estudo dessas linhas em grupo ou indivíduos (DELEUZE/PARNET, 1998, p. 146).

O que se conceituou acima com a noção de Agenciamento no âmbito da lógica aqui adotada, constitui uma multiplicidade, pois um agenciamento qualquer comporta, necessariamente, tantas linhas de segmentaridade dura e binária, quanto linhas flexíveis (moleculares) e linhas de fuga. Os dispositivos de poder não são exatamente constitutivos dos agenciamentos, porém fazem parte deles em uma dimensão sobre o qual todo o agenciamento pode cair ou se curvar.

Se numa visão macro há uma homogeneização à guisa de uma universalização das bases e diretrizes na transmissão de saberes, no sentido do Mesmo, da igualdade de condições instrumentais, as diferenças de nível<sup>4</sup> emergem nas especificidades dos saberes e, mais ainda,

variam com os processos de subjetivação produzidos, construídos em cada individualidade ou coletividade que se considera, que manipulam e ministram os saberes constituídos, tanto nas instituições de ensino quanto fora delas, e isso, de conformidade com as linhas que constituem os indivíduos e/ou grupos. Saberes que com seus enunciados constituem, como se disse, máquinas abstratas. A mais antiga e conhecida delas, a geometria euclidiana, constitui uma máquina abstrata binária, fundamentada em axiomas e teorema, diferente do que poderia ser chamada de geometria arquimediana, a qual evitando axiomas, parte de questões e situações problemáticas com o objetivo de resolvê-los. Os saberes econômicos, como “ciências” também partem de um indemonstrável e inalienável axioma sob o qual se rege a sociedade capitalista: a propriedade privada. Sobre ele se criam teoremas, corolários e demonstrações “legitimadas” nas diferentes intervenções e/ou planejamentos urbanos. São discursos cujos conjuntos de enunciados, de regra, constituem máquinas abstratas binárias produzidas e reproduzidas nas práticas de ensino, no caso em questão, no ensino de Planejamento Urbano.

Nos enunciados das disciplinas de Planejamento Urbano está explícita a subordinação dos saberes aos poderes quando, de regra, se afirma que as questões, problemas e, até mesmo as soluções, dependem de “decisões políticas”. Entretanto, não fica claro a que políticas os ensinamentos se referem e se destinam. O enfoque disciplinar basicamente técnico prevalece e as questões de natureza política são omitidas, e isso, em decorrência de serem as instituições de ensino expressões específicas no campo do poder. Não existe neutralidade, tudo é político.

A política deve ser entendida como uma experimentação ativa e em função das linhas acima relatadas ela constitui e atravessa todo o campo social. Não há possibilidade de saber de antemão o que pode acontecer. Situação essa mais próxima do indeterminado, embora se possa afirmar que em uma sociedade o que a caracteriza, primeiramente, são as linhas, os movimentos de fuga, pontas de desterritorialização nos devires que traçam. Entretanto, ocorrem reterritorializações frente à coexistência das diferentes linhas, a exemplo das práticas monetárias sobre novos fluxos e circuitos; acontecem, também, na área rural, sobre novos modos de exploração e, igualmente, no território urbano, sobre novas funções ditadas pelo Planejamento Estratégico. Justamente na acumulação dessas reterritorializações que se destaca uma classe social que dela se beneficia, promovendo a sobrecondificação de todos outros segmentos sociais.

De regra, os planos diretores voltados para o desenvolvimento urbano, adotam linhas duras, quando muito, linhas flexíveis. Quando ocorrem “desterritorializações” do tipo “fugir” do território conceitual de Plano Integrado para aquele de Plano Estratégico, trata-se de uma mudança de nível, não propriamente de natureza na forma de planejar. A nova atitude acaba potencializando, sob outras modalidades e funções, uma “classe” social privilegiada já presente e ampliada na precedente forma de planejar e gerir o desenvolvimento urbano. Portanto, trata-se, de uma reterritorialização e, num certo sentido, uma Repetição com Diferenças, uma mudança de enfoque dos objetivos a alcançar, sem todavia, promover uma mudança na natureza das relações sociais, permanecendo relação com o axioma acima referido: a prevalência da propriedade privada, significando a derrocada do Estado-Providor, fato constatado na acentuada perda do espaço público e a expansão ilimitada do espaço privado no futuro das cidades.

Esteve muito em moda em nosso país, particularmente na fase terminal do regime autoritário e da abertura para o processo de democratização, levantar a questão da “participação comunitária” no planejamento Urbano, inclusive foram elaboradas leis nesse sentido. Hoje elas parecem um tanto esquecidas ou, quando muito se abrem, em restritos canais de informação e comunicação, adquirindo, em nosso país, com caríssimas exceções (orçamento participativo), uma conotação de uma nova realidade. É bem verdade que nos países centrais, o destino das

idades e das intervenções que nelas se processam contam com uma maior participação da comunidade. Tratam-se de sociedades menos desiguais, formadas de um modo geral, de uma classe média homogeneizada que compõe a grande maioria das populações urbanas, bem diferente, portanto, da acentuada desigualdade verificada nos países periféricos ou em vias de desenvolvimento.

Os exemplos mais avançados de participação ocorrem nas chamadas “cidades virtuais”, onde as tecnologias da informação e comunicação envolvem os cidadãos nas tomadas de decisões em relação às ações e intervenções propostas pelo poder local. Por enquanto, não são muitas e, de regra, são cidades de médio porte, com satisfatório nível econômico e cultural, democraticamente estáveis ou em declínio e historicamente se mantiveram à “esquerda” nas políticas sociais. A cidade de Bolonha, na Itália, constitui um paradigma relacionado com a questão acima levantada de participação da comunidade nos destinos da cidade.

Tratando-se de uma disciplina que “organiza” saberes que serão afetados pelos poderes, estes em última instância decidem sobre que ações e intervenções a cidade necessita. Fica então a questão: como ministrá-la? O assunto é bem mais complexo do que parece. Independente do caráter técnico que as diferentes disciplinas contribuem com suas interpretações e avaliações, e isso, através da exaustiva análise de dados, levantamentos e de informações de toda natureza, visando estabelecer o “estado da arte” da cidade, tal quadro, dependendo da composição das forças políticas atuantes, serão “pinadas” das informações coletadas, aquelas que mais convêm aos interesses pontuais da classe empresarial na definição de um Plano Estratégico e orientado nesta direção, ficando à deriva o restante das questões que se referem aos problemas de um interesse social mais difuso. Atitude essa, diferente daquela configurada na elaboração de um Plano Integrado onde o acervo acumulado de informações em sua totalidade acabam se revelando de pouco utilidade ou até mesmo engavetados, enquanto que as ações e intervenções acabam atendendo a interesses imediatos e fisiológicos de setores especulativos.

No campo dos saberes, poderes e subjetivações, provavelmente, a “ciência” do Planejamento Urbano, particularmente pelo viés político que a atravessa e também pela carga de subjetividade daqueles que detém o poder e decidem, se reveste de uma desconfiança, de uma descrença por parte daqueles que a teorizam ou ministram disciplinas correlatas. Para alguns, a questão se esgota em seu caráter técnico, desenvolvendo competências à serviço do que vai ser decidido, embora se tem consciência que não existe neutralidade no desenvolvimento e aplicação de técnicas. Desde os mais remotos tempos, por exemplo, a geometria euclidiana nasceu e foi utilizada para demarcar territórios, áreas, terrenos de propriedade privada, bem como, hoje, os dispositivos de ocupação e uso do solo urbano que configuram os planos diretores. Para outros, a questão assume uma conotação polêmica, malcriadamente crítica, revelando mais angústia e impotência frente à complexidade da questão que expressa, significando dominante exercício de poderes que, todavia, se apresentam numa multiplicidade de heterogêneas situações de diferentes níveis, embora todas sob a égide de um denominador comum: o Capital, as cidades como espaço por excelência de mercado, de produção do consumo.

A questão não se reduz nem se esgota nessa dualidade de aderir tecnicamente ou de adotar um pensamento crítico frente à impotência de atuar e contribuir nas decisões, no sentido de azeitar e colocar em funcionamento as máquinas abstratas binárias. A questão é outra e pressupõe fugir dessa territorialidade e construir novas máquinas abstratas mais próximo possível da noção de “máquinas de guerra”, no sentido de dar uma nova dimensão e compreensão ao que deve ser planejar e gerir cidades, no sentido de um Devir-outro. E isto deve passar, inevitavelmente, por novas formas de pensar, empregar novos instrumentos conceituais no entendimento do urbano, no sentido de uma nova visão de vida que não se esgota na



macro-política do mundo da representação, e da forma de pensar dual e arborescente, mas passa pela micro-política e devires de diferentes naturezas. Nem mesmo os avanços tecnológicos da “cidade virtual” oferecem nenhuma garantia para os cidadãos evitando que os mesmos usem a “coleira eletrônica”, dispositivo virtual esse de maior potência e eficiência que vem caracterizando as “sociedades de controle”, pós-industriais (nas quais a sociedade brasileira se inclui com todas as limitações que comporta) e que se diferenciam das “sociedades disciplinares” da era industrial (Deleuze:2000, p.224).

Sociedades essas (industriais e pós-industriais) que possuindo temporalidades diferentes, coexistem e mantêm entre elas zonas de vizinhança e sobreposição, exibindo articulações e conexões entre elementos heterogêneos, os quais, se substituem e/ou desaparecem. O que significa que nos encontramos frente à uma Totalidade Segmentária, ou seja, a cidade num estágio esquivo, na multiplicidade de elementos heterogêneos que coexistem e na indefinição do que pode acontecer. Propriamente sem utopias, constata-se a existência de novas formas de controle social de uma sociedade voltada para a produção do consumo e, inevitavelmente, a tônica do planejamento urbano se orienta nessa direção, à revelia das formas de resistência que expressam e condenam criticamente essas práticas de gestão e desenvolvimento urbano. A questão não é mais ostentar oposição, negar ou mostrar contradições, mas, sempre pressupor positivities, de potencializar Acontecimentos, isto é, de problematizar questões no sentido da criação de idéia, virtualidades, as quais, enfrentando a complexidade, o Caos (este entendido não como desordem, tão peculiar à lógica binária, mas como o lugar de todas as formas possíveis, “oceano das dessemelhanças”, universo da criação). Virtualidades essas que visam atualizações em estados de coisas ou/e de corpos, que se configuram, usando atualizadas em práticas urbanas à guisa de desterritorializações, novas máquinas abstratas no sentido do Acontecimento, da singularidade do que se pensou, do que foi possível criar na relação Virtual/Atual.

O que se deveria esperar das disciplinas de Planejamento Urbano na formação acadêmica/profissional, no sentido epistemológico na interface da Ciência? E não apenas da Ciência, mas também, da Filosofia (Ética) e da Arte (Estética)? Embora os saberes científicos ocuparam e ainda ocupam posição hegemônica na cultura moderna e pós-moderna, formas de pensar contemporâneas questionam essa hegemonia. Neste sentido, a Lógica da Multiplicidade considera o pensamento uma totalidade segmentária, uma Heterogênese, no sentido de que as formas de pensar e criar constituem um sistema aberto de relações e conexões. Nele participam a Filosofia criando Conceito em seu Plano de Imanência; a Ciência criando novas funções - Functivos (pressupondo variáveis, limites, lógicas, proposições) com seu Plano de Referência; a Arte (no campo fenomenológico da percepção e sensações) criando novas percepções - Perceptos e Afectos- com seu Plano de Composição. Não havendo hegemonia de uma das formas de pensar e criar sobre as demais. Elas se entrelaçam, atingindo a plenitude desse entrelaçamento quando o conceito se torna conceito de função ou de sensação; a função de conceito e de sensação e a percepção, percepção de conceito e de função. O que significa que o pensamento é uma Heterogênese. E também, a forma de pensar a cidade e do seu planejamento.

### 3. Considerações Finais

À guisa de conclusão, os parágrafos que seguem visam sintetizar os principais tópicos do texto:

- Totalidade segmentária, noção que pressupõe heterogêneas relações de saberes, poderes e processos de subjetivação na produção de diferentes discursos, no sentido foucaultiano de uma “formação discursiva”.
- Na segunda metade do século XX as disciplinas acadêmicas elaboraram discursos relacionados com duas modalidades de Planejamento Urbano, a primeira, herança da cultura moderna das sociedades industriais (voltadas para a produção): Planejamento Integrado; a segunda, expressão das sociedades pós-industriais (pós-modernas, voltadas para a produção do consumo): Planejamento Estratégico. Entre essas modalidades há diferenças, porém apenas de nível e não de natureza. Ambos os planejamentos possuem um denominador comum: O Capital especulativo, promovendo aumento da inflação, desemprego, desigualdades sociais entre outros indicadores, particularmente em países periféricos e em vias de desenvolvimento.
- As formas de pensar e as lógicas que lhes correspondem caracterizam os diferentes discursos das disciplinas acadêmicas. O Planejamento Urbano constitui um corpo disciplinar. Utilizando o repertório conceitual da Lógica da Multiplicidade, uma disciplina pode ser entendida como um conjunto de enunciados sobre um determinado campo de estudo, no sentido de uma máquina enunciativa: “Máquina abstrata”. De regra, no ensino acadêmico, sendo a forma consensual de pensar respaldada pela lógica binária, o conjunto de enunciados produzidos constitui uma “máquina abstrata binária”. A noção de máquina deve ser ampliada (máquinas sociais, econômicas, ecológica, abstrata, desejante) e despojada da moderna concepção mecanicista.
- Uma noção importante adotada no texto, Agenciamento, pressupõe a de Estratos (saberes, estratificações históricas, formações discursivas) e de Território, uma territorialidade (um campo) de descodificação dos estratos. O Agenciamento assume uma dupla conotação: uma forma de expressão (o que se diz), tornando-se um sistema semiótico, um regime de signos e uma forma de conteúdo (ações, o que se faz). Portanto, Agenciamento de enunciação e Agenciamento maquinico. São os processos de sobredecodificação desses agenciamentos que constituem as máquinas abstratas que quando binárias elas são efetuadas pelo Aparelho de Estado e aplicadas especificamente, tanto nas práticas de ensino quanto nas ações sociais.
- Outra modalidade de Agenciamento são as “Linhas de desterritorialização” também denominadas “Linhas de fuga” que visam criar outro tipo de máquina abstrata, não binária e que não se constitui no âmbito do Aparelho de Estado: “Máquina de Guerra”. Relacionada com este tipo de máquina “subversiva” existem os Aparelhos de capturas que visam a cooptação das mesmas. Nas práticas de ensino constata-se a coexistência predominante de máquinas abstratas binária com raríssimas máquinas de guerra que acabam sendo “policiadas” e, na maioria das vezes, cooptadas e perde o vigor, o caráter que possuíam.

- Os indivíduos ou grupos sociais são constituídos de fluxos, linhas de diferentes naturezas que os atravessam: “Linhas duras”, “Linhas flexíveis” e “Linhas de fuga” (Linhas de desterritorialização). As linhas duras são as que mais presença têm na formação profissional dos indivíduos ou grupos sociais relacionadas com a visão macro do mundo da representação. As linhas flexíveis incorporam percepções de natureza micro e questionam o mundo da representação sem, todavia, sair dele. As linhas de fuga promovem e/ou se equívalem à “máquinas de guerra”.
- Nas práticas de ensino do Planejamento Urbano não são evidenciadas com clareza o nível e o destino das decisões políticas, ou seja, a relação de forças políticas que levam a essas decisões. Muito menos a questão da participação comunitária.
- A questão da cientificidade do planejamento urbano fica dividida entre duas vertentes que confirmam a configuração dual do pensamento: de um lado a questão técnica do saber fazer, da competência instrumental; do outro, a questão da permanente avaliação crítica. A questão não é de saber fazer ou saber criticar. Deve-se fugir desse dualismo e partir para a positividade, ou seja, sair dessa territorialidade. Criando algo de novo que venha garantir a sobrevivência cultural, à guisa de uma máquina de guerra. Criação de um Devir-outro.
- A questão no campo do urbano não se esgota na “Razão” científica. Embora a Ciência tenha ocupado e ainda ocupa uma posição hegemônica, ela deve compartilhar com outras formas de pensar e criar, isto é, com a Filosofia (que com seus conceitos induz à Ética) e com a Arte, não devendo existir predominância de uma forma de pensar e criar sobre as demais. O pensamento é uma Heterogênese. E também, o planejamento de cidades.

#### 4. Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel - A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: Volumes , 1, 2, 3

\_\_\_\_\_, A Sociedade em Rede, São Paulo, ed. Paz e Terra,1999.

FOUCAULT, Michel - Arqueologia do Saber, Rio de Janeiro, ed. Forense,1987.

\_\_\_\_\_, Micro-física do Poder, Rio de Janeiro, ed. Graal, 1979.

\_\_\_\_\_, Vigiar e Punir - Nascimento da prisão, ed. Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, História da sexualidade I - A vontade de saber, Rio de Janeiro, ed. Graal 4ª edição, 1982.

DELEUZE, Gilles, - Conversações- Epilogo- Sociedade de Controle, Rio de Janeiro, ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_, Diferença e Repetição, Rio de Janeiro, ed. Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles- GUATTARI, Félix - O que é a Filosofia?, Rio de Janeiro, ed. 34, 2000.

- \_\_\_\_\_, Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia, ed. 34, v.1-11996,v.2-1997,
- DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire - Diálogos, São Paulo, ed. Escuta, 1998.
- GUATTARI, Félix - As três Ecologias, São Paulo, ed. Papyrus, 1999.
- \_\_\_\_\_, Caosmose, um novo paradigma ético/estético, São Paulo, ed.34, 1993.
- JACOBS, Jane - Morte e vida de Grandes Cidades. São Paulo, ed. Martins Fontes, 2001.
- MUNFORD, Lewis - La Cultura Delle Città, Milão, ed.Comuntà, 1954

## Resumo

As práticas de ensino de qualquer disciplina acadêmica pressupõem três variáveis: Poder, Saber e processos de Subjetivação. Sob esse enfoque, o texto levanta questões relacionadas com a produção desse conhecimento específico, o Planejamento Urbano, tanto em relação à nova modalidade adotada, denominada Planejamento Estratégico, quanto às questões propriamente de formação profissional. Formação essa que se vincula a um conjunto de disciplinas acadêmicas, expressando, assim, uma específica forma de pensar. Forma esta, de regra binária, e que tem como fundamento o axioma maior da sociedade capitalista pós-industrial, a propriedade privada. Circunstâncias que permitem, assim, a reprodução de enunciados e proposições que acabam orientando o Ensino e a Prática profissional. No sentido epistemológico, esse conjunto de disciplinas constitui uma “máquina abstrata axiomática binária”. Ao lado da indissociável relação Saber/Poder, encontra-se a questão geralmente não abordada nas instituições de ensino e na prática profissional: os processos de Subjetivação parcial. Processos estes que se relacionam com “territórios existenciais” entendidos como construções das subjetividades individuais e coletivas e que, por sua vez, condicionam atos de decisões frente aos inúmeros problemas urbanos e suas possíveis soluções. Ainda, o texto aborda e relaciona o Planejamento Urbano, com uma diferente forma emergente de pensar, a qual, tem na Lógica da Multiplicidade e em seu repertório conceitual, um novo instrumento para o entendimento da área de conhecimento em questão.

## Abstract

The teaching practices of any academic discipline presupposes three variables: Power, Knowledge and processes of Subjectivity. The text raises questions related to the production of that specific knowledge, The Urban Planning, both in relation to the new model adopted, named Strategic Planning, and to the actual question of professional education. That education is linked to a set of academic disciplines, and thus expresses a specific way of thinking.. That binary-rule way of thinking has private property, the biggest axiom of the post-industrial capitalist society, as its foundation. Those circumstances, then, allow the reproduction of statements and propositions that end up by guiding Teaching and Professional Practice. In the

epistemological sense, that set of disciplines constitutes a “binary axiomatic abstract machine”. Beside the unsociable relation Knowledge/Power is the question not usually approached in the teaching institutions and in the professional practice: the processes of turning into partial Subjectivity. Those processes are related to “existential territories” understood as constructions of individual and collective subjectivities and they condition acts of decision when facing the uncountable urban problems and their possible solutions. This text also approaches Urban Planning and relates it to a different and emerging way of thinking, which has in the Logic of Multiplicity and in its conceptual collection a new tool for the understanding of the area of knowledge in question.

---

<sup>1</sup> Arquiteto, Doutor, Bolsista do CNPq, Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - PPGAU/UFBA

<sup>2</sup> A noção de Totalidade Segmentária de origem foucaultiana - diferente do Todo e/ou Totalidade da concepção clássica, isto é, do Todo e das Partes que o compõem e nele se encaixam - expressa a coexistência de elementos de natureza heterogêneos que se conectam, se articulam, se contaminam, mantêm entre eles zonas de vizinhança, temporalidades diferentes, pressupondo que novos elementos podem emergir e/ou ocorrer substituições, e isso, nas transformações e mutações que os processos de conhecimentos, exercício de poderes e tomadas de decisões condicionam.

<sup>3</sup> Felix Guattari entende por subjetividade: “o conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em condição de emergir como território existencial auto-referente, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (CAOSMOSE, p.19)

<sup>4</sup> Superando o conceito de identidade que implica a noção de Mesmo, Igual, Idêntico, Deleuze em sua importante obra filosófica “Diferença e Repetição” consolida o conceito de Diferença, procurando torná-lo hegemônico no pensamento contemporâneo, associando-o de forma indissolúvel ao conceito de Repetição. Neste sentido, toda repetição de um elemento contém diferença, podendo esta ser diferença apenas de nível, de grau, ou então, diferença de natureza quando ocorre uma radical transformação do mesmo, no sentido de um acontecimento marcado pela heterogeneidade e singularidade da criação de um novo elemento.